

Território educativo das águas: os saberes da comunidade ribeirinha do Rio Marajó-Açu em Ponta de Pedras (PA)

The educational territory of the waters: the knowledge of the riverside community of the Marajó-Açu River in Ponta de Pedras (PA)

Letícia dos Santos Furtado
Eraldo Souza do Carmo
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Cametá-PA

Resumo

O presente texto é um estudo acerca dos saberes culturais e do currículo da escola ribeirinha em Ponta de Pedras-PA. Objetiva-se analisar o conceito de “Território educativo das águas”, tecendo as relações com os saberes culturais e do currículo das escolas ribeirinhas. Procurou-se compreender essas relações a partir dos eixos de análise a educação ribeirinha, saberes culturais e currículo. Para tanto, foram analisados documentos curriculares trabalhados nas escolas ribeirinhas, a fala dos sujeitos da comunidade e dos professores da escola a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, de forma a buscarmos compreender como esse território educativo das águas tem dado inserção e visibilidade aos saberes locais produzidos nos contextos culturais dos estudantes.

Palavras-chave: Currículo. Educação ribeirinha. Saberes Culturais.

Abstract

The present text studies the cultural knowledge and curriculum of the riverside school in Ponta de Pedras, PA. It aims to analyze the concept of the Educational Territory of the waters, weaving the relations with the cultural knowledge and the curriculum of riverside schools. We have tried to understand these relationships based on the analysis of riverside education, cultural knowledge, and curriculum. To this end, the curriculum documents worked in the riverside schools were analyzed, as well as the speech of community subjects and school teachers through semi-structured interviews, to understand how this educational territory of the waters has given insertion and visibility to the local knowledge produced in the cultural contexts of the students.

Keywords: Curriculum. Riverside Education. Cultural Knowledge.

1. Introdução

O presente trabalho é oriundo de pesquisa de mestrado¹, que se analisa o conceito de “Território educativo das águas”, tecendo um estudo acerca dos saberes culturais e do currículo das escolas ribeirinhas no Arquipélago do Marajó/Pará (especificamente no município de Ponta de Pedras). O problema poderia ser traduzido na seguinte questão: o currículo escolar inviabiliza os saberes educativos das águas nas escolas ribeirinhas no município de Ponta de Pedras, Marajó-PA? Para tanto, procurou-se compreender essas relações a partir dos eixos de análise *a educação ribeirinha, saberes culturais e currículo*.

Do ponto de vista epistemológico, as análises da pesquisa estão sustentadas no materialismo histórico-dialético (MARX, 2008). Nesse contexto, as categorias *totalidade, contradição e mediação* configuram-se aqui como fundamentais para a compreensão de como as relações histórico-social estruturam a materialidade dos saberes culturais que caracterizam os sujeitos ribeirinhos de Ponta de Pedras, além de vislumbrar de que modo o currículo escolar influencia na constituição do sujeito marajoara.

Para discutir a concepção de currículo, apoiamos-nos nas ideias de Arroyo (2012) e Silva (1995) sobre as escolas ribeirinhas. Utilizamos como suporte teórico: Oliveira (2015); Hage (2015), Caetano (2013) e Costa (2021); por fim, para nortear a categoria *Saberes Culturais* destacamos Rodrigues (2012), Basílio (2006) e Marín (2007), entre outros.

A pesquisa ocorreu no território ponta-pedrense com um olhar voltado aos conteúdos curriculares estabelecidos como processo de seleção e organização dos saberes. Entretanto, buscamos questionar e analisar as propostas curriculares vigentes e verificar se/como os sujeitos das escolas ribeirinhas (professores e estudantes) estão abordando tais saberes no currículo, de modo a contribuir para o reconhecimento e fortalecimento das identidades marajoaras.

A pesquisa aponta que até o momento ainda persiste uma visão tradicional de currículo, dentro de uma perspectiva cultural conservadora; ela fixa o conhecimento como fato, como informação. É notável nas construções curriculares disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para as escolas ribeirinhas que houve pouca ou nenhuma alteração, discussão e transformação.

2. Território Educativo das Águas

O conceito *território das águas*, como afirma Barreto (2019), adentra o universo das definições atribuídas à antropologia. Nela, enfatiza-se a elaboração e a reprodução das

construções simbólicas realizadas pelas relações das populações tradicionais em seu território. Desse modo, o território educativo possui como característica central a mediação das relações sociais educativas dentro e fora do espaço escolar. Essas permeiam as comunidades, os rios, as matas e os próprios sujeitos.

Arroyo (2006) considera o território como uma “matriz formadora”, enraizada na formação educacional dos sujeitos do campo. Assim sendo, a educação ribeirinha é um processo socioespacial para a constituição dos sujeitos marajoaras. Existe uma vinculação entre a educação escolar e o território ribeirinho, tornando existente o que conceituamos como o território educativo das águas, visto que esse constitui as relações entre os sujeitos do processo educativo, além de ser um importante componente para os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos ribeirinhos (PEREIRA, 2017).

Para as populações ribeirinhas que vivem cotidianamente a relação com os rios, a água é sua vida, sua natureza, a via natural de locomoção, local de seu sustento, espaço lúdico e do divino. Tal é desprovida de valor econômico; é essencialmente seu modo de ser e viver. O território, assim, torna-se educativo pelo processo de territorialização, pelas contradições, conflitos e disputas que constituem espaço de poder. No entanto, os territórios são espaços de sérios conflitos, mesmo por que os poderes Executivo e Judiciário não reconhecerem as áreas ocupadas pelas populações tradicionais como territórios de reprodução de suas vidas, por conta de ser compreendido como um todo ao sinônimo de espaço do país (CARDOSO, 2020).

[...] o território passa a ser educação quando os sujeitos reconhecem que a produção territorial é também produção do saber ao mesmo tempo em que a educação popular do campo se transforma em território quando reconhecendo as disputas no saber, localizando-se na disputa e assumindo a responsabilidade de se associar a construção da visibilidade dos sujeitos que historicamente foram invisibilizados pelo Estado e pelo modo de produção (NETO, 2011, p. 9).

Em seu processo de construção, o território educativo das águas relaciona-se à produção e à socialização de saberes essenciais no processo educativo ribeirinho. Esses saberes abordam os saberes da terra, da mata e das águas; abarcam saberes religiosos e místicos e compreendem a educação popular produzida por seus sujeitos. Por outro lado, a educação se transforma em território e tem o poder de transformá-lo também, ao dar visibilidade e voz para aqueles que historicamente foram invisibilizados.

A categoria território educativo das águas surge a fim de fortalecer o tipo de educação harmônica com a realidade dos sujeitos das águas. Todavia, pensar esse território

a partir do que os sujeitos vivem, produzem e constroem é imprescindível para este estudo.

O território das águas resulta em múltiplos processos educativos e interculturais, novas formas de subjetividade, de conhecimentos, saberes e sujeitos pensados e compreendidos, a partir de suas relações de trabalho, de seu uso, de sua vivência e das territorialidades que dele provém, bem como da interrelação com a natureza e com o espírito, e das estratégias de r-existência e resistência que dialogam com os coletivos e cotidiano do modo de vida da comunidade ribeirinha de Marajó-açu.

Para compreender o território das águas como socioespacial, é importante ressaltar que cada sociedade produz um espaço próprio. Por meio de suas histórias, de suas relações de trabalho e da natureza, constitui-se, então, o território (CARDOSO, 2020). Assegura-se, então, que o território são as relações das trocas dialéticas que ocorrem nos processos sociais, econômicos e culturais em cada período histórico, integrando os fundamentos dos sujeitos que os vivenciam. Portanto, no território das águas, o espaço é a vida dos sujeitos; são suas histórias, memórias, conhecimentos e suas práticas.

O espaço do território das águas é caracterizado em um sentido mais universal, visto o ciclo social das águas. Também apreende esses territórios epistêmicos como territórios fronteiriços, isto é, da subjetividade, das relações, da interação entre seus sujeitos, entre fronteiras de descobertas, de criação, de conhecimentos que, diretamente, fazem parte de um regime das águas. Por isso, a epistemologia demanda metodologias que correspondam ao objeto pesquisado.

Contudo, essa categoria se firma a partir das vozes dos sujeitos que, por meios estratégicos, fazem o processo educativo das águas um território da diversidade e diferenciação como campo de luta e resistência a uma educação dominadora colonial, que, até então, perpetua-se principalmente na Amazônia.

2.1.O Território Educativo das Águas no Rio Marajó-Açu e suas relações de saberes

No rio Marajó-Açu, as águas são movimentadas constantemente; essa dinâmica de vida e cultura conduz os sujeitos das águas. Dialeticamente, eles expressam que a vida está em constante movimento e ligada ao rio. O território das águas constitui a própria existência de seus sujeitos mediante a influência das ações, condições de vida e atividades do campo, base dos ribeirinhos. Os rios são os traços mais expressivos de uma paisagem dos campos marajoaras e da vida dos sujeitos das águas. As águas são produtos e produtoras históricos, tornando-se referência na existência humana e da natureza.

Logo, trazem a ideia de o rio ser fundamental na relação ser humano/natureza, a qual possui pertinência histórica e social. No movimento das águas do rio Marajó-Açu, a dinâmica de transformações a qual o rio experimenta em seu tempo ou espaço, especialmente no contexto do campo, possui particularidades: suas atividades econômicas, a maneira como o território foi ocupado, as relações de produção e social, suas organizações e seu cotidiano (CARDOSO, 2020).

Nas especificidades do rio Marajó-Açu, presenciam-se os sujeitos das águas. Cabe, aqui, uma reflexão particular da relação ribeirinho marajoara no contexto do rio e da produção de seus saberes, que tem fundamental relevância na vida, na economia, na política e cultura do povo das águas e territórios amazônicos. A extensão das águas do rio Marajó-Açu se apresenta no cenário cultural de criação e produção, em que, os sujeitos e natureza estão imbricados pelas águas na forma de ser, na história do seu lugar, na sua prática cotidiana, como as construções de seus instrumentos de pesca, caracterizando-se no convívio entre famílias.

A predominância do verde dos açazais e da vegetação constante na região demonstra as diversidades presentes em toda a extensão do rio. Desse modo, também podemos vislumbrar o diálogo entre os elementos da natureza e seus sujeitos. Ao se configurar o modo de vida e mesmo a identidade dos sujeitos do rio na comunidade de Marajó-Açu, a voz desses sujeitos foram significantes na compreensão de se empreender como se constitui a relação entre os sujeitos das águas.

A maioria das casas da comunidade são de madeira, construídas sobre palafitasⁱⁱ e cobertas com telhas. Na frente da residência, à beira d'água, têm-se os trapiches (pontes elevadas de madeira) ou, em certos casos, pelas condições de vulnerabilidade social em que as famílias não têm como adquirir o material apropriado; os familiares constroem as pontes com troncos de palmeiras, como o buritizeiro, para acesso às suas residências. Este é um elemento característico da comunidade. As casas situam-se próximas umas às outras, interligadas por pontes em terra firme. Os sujeitos da comunidade, por sua vez, são em grande maioria do mesmo grupo familiar. Embora haja distância espacial entre as residências, a relação social é mantida, e a convivência sustentada por princípios religiosos vivenciados em comum.

A ponte de madeira (Figura 1) dá acesso às casas da comunidade ribeirinha com a qual dialogamos. Além de ligar relações familiares e comunitárias, a ponte serve como caminho construído de maneira suspensa do chão devido a enchentes; protege também a

invasão de alguns animais naturais da região como cobras.

Figura 01. Ponte de entrada da Comunidade Marajó-Açu em Ponta de Pedras, PA



Fonte: FURTADO, 2022.

A imagem apresenta as características simbólicas da comunidade marajoara. As pontes de construções em madeira formam a comunidade. Os sujeitos ribeirinhos moradores da beira do rio tornam-se cotidianamente conectados a ele, através de suas relações diretas com as águas e as matas. Compreende-se que essa harmonia formada pelo seu território é constantemente sustentada pelos moradores da comunidade por intermédio das atividades com a pesca, com as práticas medicinais e com as crenças (CARDOSO, 2020). Com isso, é nítido que a expressão dos saberes das águas ocorre na relação heterogênea que se desenvolve nesse espaço.

Num olhar apressado de quem viaja pelos rios em direção às comunidades locais, a vida ribeirinha pode parecer estar parada na moldura do tempo. As pequenas palafitas de “poucas paredes”, o colorido das pequenas canoas, que teimam em lutar contra a força das águas, tudo expressa um ritmo lento e cíclico, onde a pressa parece não existir e o tempo do relógio parece concorrer com o tempo da natureza, pois a maré é o relógio que regula os horários; e é no movimento das águas que a vida pulsa. Aí o tempo pode ser aquele da espera ou da procura: a espera da enchente ou da vazante, do inverno ou do verão; ou o tempo da procura dos cardumes de peixes, a hora de revistar as malhadeiras e os matapis na busca do alimento. É nesse contexto que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade, se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos. São peculiaridades de um modo de vida intimamente ligado à dinâmica dos rios (FERREIRA, 1983, p. 26).

Os sujeitos ribeirinhos têm sua especificidade em morar e se relacionar com a natureza. Desse modo, no rio, nos igarapés, na terra, nas matas e nas florestas se desenvolvem as atividades simbólicas do ribeirinho como um sujeito ligado à natureza. No trato das relações sociais, é conveniente destacar, segundo Cardoso (2020), que ser ribeirinho, no seu próprio estilo de vida, não se caracteriza por habitar às margens de um

rio ou igarapé. O que o constitui são os diversos processos entranhados a múltiplas relações socioespaciais, que se estabelecem ao longo da história e que se identificam com especificidades em relação a outras organizações sociais, como as das cidades.

Coelho (2006) acentua que o termo ribeirinho é bem heterogêneo. Pontua que há os ribeirinhos pescadores; os ribeirinhos agricultores; os ribeirinhos da várzea; os da terra-firme. No entanto, evoca o autor, o uso de um ou outro termo não se deve simplesmente a um critério de “escolha”, por parte do pesquisador, mas se encontra fundamentado em atributos históricos, ligados principalmente à identidade do lugar, diferenciando-se, assim, de uma região para outra no contexto da diversidade socioespacial que compreende as áreas ribeirinhas da Amazônia (CARDOSO, 2020).

Logo, o termo ribeirinho não se refere somente a uma naturalização local, mas às relações socioespaciais na dinâmica da história. Acrescentam-se a esta leitura os ribeirinhos que se caracterizam permeados pelas águas amazônicas, sustentados na interrelação firmada na diversidade das múltiplas formas de se interligar com o meio, enfim, na maneira de outras condições de ser e de existir. São práticas socioespaciais que atravessam gerações, recriando-se nas mais diversas tramas de produção e reprodução do modo de vida.

Sobre os saberes na relação com os ribeirinhos, cabe refletir a história dos primeiros povos a habitar a Amazônia: as populações indígenas. Essas vivenciaram no decorrer da história o processo de subalternização e silenciamento de seus saberes (MIGNOLO, 2003). Por tanto, os sujeitos ribeirinhos apresentam alternativas de subsistência e enfrentamento das dificuldades também vivenciadas pelas populações indígenas, mediante conhecimentos produzidos, reproduzidos, criados e recriados pelos ribeirinhos.

Na comunidade de Marajó-Açu, essas culturas estão entranhadas e passam a ser, de fato, referencial de manifestações, história de vida, causos, crenças, religião, do fazer utensílios mediante a matéria prima extraída da própria natureza, e mais, da necessidade de subsistência por meio do trabalho. Por conseguinte, ao trazer a relevância desses saberes, tivemos a pretensão de visibilizar os sujeitos que detêm uma história, manifestam criatividade e habilidade de produzir por intermédio da necessidade de seu cotidiano, de maneira coletiva. E essa vivência na comunidade de Marajó-Açu requer organização política na luta por melhores condições de vida e trabalho.

O Sr. Roberto relata a seguir com empolgação a sabedoria e as práticas de suas populações; os conhecimentos carregados há anos e que vão sendo repassados aos mais

jovens; a preocupação por não terem garantia de continuidade de vida e de história. Diante disso, destacou seu processo de aprendizagem dos conhecimentos por ele vivenciados durante sua relação familiar:

Meu avô passou para o meu pai e meu pai passou pra mim, e hoje eu passo para os meus filhos. Sobre isso de plantação de roça veio já do meu bisavô, e ele passando. Porque nessa época o trabalho deles era mesmo esse. A pesca era só para o consumo deles, eles levavam a gente para o rio pra olhar eles colocando a rede, depois a gente tinha que ir aprendendo a tecer a malhadeira como pra ir pescar, porque as vezes o boto furava. A plantação de açaí, o papai passou pra gente, ensinando como plantar o açaí, preparar a terra, então, fomos aprendendo e passando para os nossos filhos, hoje já são eles que estão passando para os deles. É algo, assim, que eu digo que nós aqui ribeirinhos [...] E assim a gente vai passando também para os outros lugares, porque é um sustento é um trabalho digno que dá pra gente sobreviver e dá pra gente conseguir um sustento é através do açaí (ROBERTO, ABRIL, 2022).

A fala do senhor Roberto destaca a relação histórica que seus avós, pais e comunidade praticam; sua partilha de saberes ocorre através do diálogo e de suas ações cotidianas com o rio. Percebemos que isto não se dá pelo poder hegemônico das ciências, mas pela forma comum de suas práticas, que geram as outras formas de conhecimento, sendo que a mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o saber que os sujeitos adquirem na vida prática, em suas vivências, pois é a partir do cotidiano que se orientam as ações e que se dá sentido à vida. Para Leite (2017, p. 56), “sob a influência de seus pais e pessoas mais velhas, desde cedo crianças e adolescentes recriam e reconstróem o mundo a sua volta, dando outro significado e interpretação conforme suas necessidades” (LEITE, 2017).

Desse modo, os ribeirinhos realizam a partilha de saberes, baseados na forma de diálogo, observação e prática. Por conseguinte, a ciência moderna se construiu contra o senso comum, que considerou superficial, ilusório e falso. De certa forma, o conhecimento do senso comum, classificado pelas ciências como saberes tradicionais, tende a ser mistificador, apresenta uma dimensão utópica e libertadora, que pode ser ampliada, através do diálogo, com o saber científico. No entanto, como destaca Rodrigues (2012, p. 57), os “saberes, conhecimentos, valores, leituras de mundo e das relações sociais não nascem do vazio”; são oriundos das ações estabelecidas pelos seus sujeitos com o território no qual estão inseridos.

Logo, destacamos que a expressão dos povos das águas e das florestas revelam a

*práxis*ⁱⁱⁱ, seu querer fazer^{iv}. Esse nada mais é do que a afirmação do conhecimento desenvolvido junto aos sujeitos desumanizados pelo sistema opressor que se torna referência não mediante a academia, mas são validados na aplicabilidade do cotidiano, estendendo-se para a prática e para a vivência por meio de estratégias, táticas, negociações no campo político, social, econômico e cultural (CARDOSO, 2020).

Corroboramos com a ideia de que os saberes existem em seus sujeitos a partir de suas realidades, de suas necessidades, de suas produções de trabalho (RODRIGUES, 2012). Freire (2006) também articula que, em toda sua caminhada, contribuiu para que os seres humanos fossem reconhecidos como sujeitos pensantes e aprendentes, seus contextos na busca da transformação pessoal, local e global, numa vocação ontológica de ser humano.

Primeiro, quem sabe, saiba que não sabe tudo; segundo que, quem não sabe, saiba que não ignora tudo. Sem esse saber dialético em torno do saber e da ignorância, é impossível a quem sabe, numa perspectiva progressista, democrática, ensinar a quem não sabe (FREIRE, 2006, p. 188).

Na perspectiva freireana, para que haja prática educativa libertadora, é necessário, de fato, abrir-se ao diálogo com outros conhecimentos na diversidade de seus sujeitos. Nessa leitura de mundo realçada por Paulo Freire, diversos são os conhecimentos enraizados na vivência dos amazônidas, que são postos mediante suas falas, seus territórios.

Assim, na simplicidade de receber e acolher quem chega em suas humildes casas feitas de madeira sobre palafitas, os ribeirinhos do rio Marajó-Açu comumente nos pedem para entrar, sentar e, sem muita demora, oferecem-nos um cafezinho, às vezes acompanhado de um camarão com pupunha^v. Logo outras pessoas, que por ali se encontram, vêm fazer parte do diálogo. Chegam, observam, ouvem e dão suas piscicas^{vi}. Nessas rodas de conversa, expressam, no seu modo de falar, um linguajar próprio; o corpo fala por meio de gestos. Suas histórias de mitos, lendas e “causos” envolvem e convencem qualquer ouvinte de sua exequível veracidade.

A voz mais forte e presente é a dos homens, que tomam iniciativa de contar histórias. Numa dessas narrações, o Sr. Roberto, líder religioso e morador do Rio Marajó-Açu, contou que sua família é originária desse rio. Soube disso pelas histórias de seu pai, oriundas de seu avô (um dos fundadores da comunidade), que ali chegou já criança, vindo do Ceará. Eles foram atraídos para as áreas ribeirinhas e deram início às plantações de mandioca e arroz. Mais tarde, optariam pelo pescado, pela extração do açaí e pelo roçado

(conhecimentos que aprendeu de seus pais). Na comunidade, permanecem até hoje.

Antigamente a gente fazia roça, hoje a gente parou com isso, até porque o papai na idade que ele ficou disse pra que ia parar e a gente parou, trabalhava mulher e homem. Então ficou só o matapi mesmo. Quando chega o verão tinha que passar para o açai. O matapi é feito por nós, mesmo. Aprendi a fazer com o meu pai e passei a ensinar também meu filho (ROBERTO, ABRIL, 2022).

Nesse contexto, as contribuições históricas das famílias na formação de saberes dessa comunidade despertam a percepção de que o tempo aqui parece que não passa. Não há pressa. Contudo, essa realidade motiva produzir um período da história para se compreender como o modo de se expressar desse povo, seja pela linguagem seja gestos, em diversos aspectos, ora incorpora outras culturas dominantes, ora resiste à crueldade do poder que lhe oprime.

Como bem enfatiza Freire (1981), embrenhar-se na realidade dos sujeitos, conhecer seus territórios, suas histórias, suas dores, seu trabalho contribuirá para compreender o conflito entre um determinado conhecimento considerado válido e aquele produzido mediante o saber e os fazeres das águas e das terras. Nessa pretensão, é viável visibilizar conhecimentos que resistentemente se manifestam nas águas e com as águas, onde os sujeitos expressam seu modo de ser e estar no território com astúcia, sabedoria e estratégias de sobrevivência, frente ao domínio do acirrado capital global.

Por meio do processo de subalternização do conhecimento, marcado por estigmas preconceituosos que favoreceram a invisibilidade dos saberes e culturas dos sujeitos amazônidas, o povo ribeirinho demonstra seus saberes interpenetrados nas raízes da sapiência, acumulados pela vivência de seus antepassados e dos mais velhos que residem nesses territórios. Na exuberância desse conhecer, o povo tem o poder de falar de si, a partir de seu próprio território. As águas também são manifestas no rio Marajó-Açu para sustentar a crença nos mais diversos contos dos “causos”, repassados dos mais velhos aos jovens e crianças.

2.2.O saber das águas: O açai

Os saberes das populações ribeirinhas do rio Marajó-Açu emergem dos conhecimentos transmitidos diariamente através dos diálogos, práticas e dinâmicas com os rios e florestas. Na comunidade, os moradores, ainda crianças, aprendem a desenvolver suas habilidades com a pesca, cultivo e produção do açai. Desse modo, o manejo do fruto

exige que as crianças obtenham como primeiro conhecimento a habilidade com a peçonha^{vii}, saber que veio genuinamente da vivência desse povo, fundamentada numa necessidade de vida e trabalho, preservando uma maior sabedoria de seus moradores.

O Sr. Roberto na figura 2 demonstra como se dá o uso da peçonha para apanhar o fruto do açai. Ele nos mostrou o saber-fazer (FREIRE, 2006) e a postura que o peconheiro^{viii} deve usar ao subir na árvore. O método usado pelo peconheiro, segundo ele, exige muita força e habilidade, pois necessita do uso das mãos e dos pés para se apoiarem no açazeiro. A peçonha, segundo ele, é resistente pois é feita de saca de fibra plástica, além de ser usada em uma amarração específica; fica entre os pés para assegurar melhor subida e dá agilidade na descida.

Figura 02. A peçonha utilizada para a coleta do açai na comunidade de Marajó-Açu



Fonte: FURTADO, 2022.

A utilização da peçonha segurada pela mão do ribeirinho já faz parte da história dos povos originários. O Sr. Roberto recorda que aprendeu a desenvolver a prática de apanhar o açai ainda na infância, depois de que os pais pararam a lida com a roça,

Porque antes aqui todo mundo tinha roça, mas o povo foi parando porque a roça dá trabalho, tem que derrubar, esperar secar aquela área, arrumar, limpar pra depois plantar. Depois que planta vai ter que limpar de novo, tem o tempo de 8 ou 6 meses para poder tirar, isso demora muito. Por isso, a gente optou mais pelo açai. O papai levava a gente de madrugada para ir com ele para açazal, a gente era bem pequeno e ensinou a fazer a primeira peçonha. a gente tinha de ficar olhando para saber como subir pra apanhar o açai. la eu, os meus irmãos tudo, até que já depois a gente já ajudava o papai apanhando e juntando nos paneiros (ROBERTO, ABRIL, 2022).

Hoje, aos 54 anos, o sr. Roberto retrata que ainda desenvolve essa atividade, mas agora apenas para sua subsistência. Com os pés e mãos calejadas, ele continua desenvolvendo a tarefa com muita habilidade, além de cuidar dos animais que cria e dos cascos ao lado de sua casa (Figura 03) que ainda conserta ou restaura para os demais moradores da comunidade. O aprendizado da construção dos barcos se deu por intermédio de observações no trabalho de carpintaria dos seus tios. Após aprender essa atividade, ele relata que “as rabetas da comunidade sou eu quem faço, depois de aprender com os meus tios, comecei também a fazer as pontes e as casas”. Desse modo, as atividades aprendidas desde criança atualmente são desenvolvidas dentro da comunidade, como observamos a seguir.

Figura 03. Casco para reparados ao lado da casa do Sr. Roberto



Fonte: FURTADO, 2022.

A construção dos cascos inicia bem cedo por conta das atividades da igreja, na qual é pastor na comunidade. Mediante isso, inicia suas atividades com o açaí desde quatro e meia da manhã e depois vai para o conserto e produção dos cascos. Salientou também que a extração do açaí na sua família é feita atualmente com mais frequência pelos seus filhos e pelos meninos que estão mais jovens que tiram para o consumo e vendem também para os comerciantes que passam para levar para Belém. A prática de apanhar o fruto do açaí se desenvolve em grande escala por jovens, como podemos observar nas figuras 04 e 05.

Figura 04 e 05. Apanhadores de açaí na comunidade de Marajó-Açu em Ponta de Pedras

Fonte: FURTADO, 2022.

A prática de subir no açazeiro para extrair os cachos com frutos deixou de ser uma tarefa predominante dos homens. Atualmente, as mulheres da comunidade também praticam as atividades de manejo do açaí e desenvolvem com agilidade o processo que desafia a força física e habilidade de coleta do fruto. Um dos principais desafios para essa atividade se justifica, segundo Cardoso (2020, p. 57), pelas alturas das árvores – de 12 (doze) a 20 (vinte) metros aproximadamente. Como anota, a “fina espessura, 12 (doze) a 14 (quatorze) centímetros de diâmetro do caule da árvore, que suporta o peso de um homem adulto sem se quebrar” requer dos sujeitos ribeirinhos grande domínio dessa prática.

Ferreira (2014) destaca que antigamente cabia às mulheres ribeirinhas a função de debulhar o fruto do açaí dos cachos. Atualmente, na comunidade, as mulheres já exercem a função de colher o fruto, utilizando das práticas e do manejo do açaí assim como os demais homens. Dona Angelina relata:

A prática mesmo da gente fez a gente aprender a subir no açazeiro pra apanhar o açaí. Isso desde de pequena, mesmo. Meu pai me levava pra apanhar açaí assim pra fora, então a gente apanhava muito açaí mesmo, assim no terreno eu e meu pai me levava pra acompanhar ele, e aí depois me que casei não pedir minha prática. [...] A mamãe também apanhava o açaí (ANGELINA, ABRIL, 2022).

A dona Angelina é a mulher mais velha da comunidade (com 76 anos) e ainda relata com entusiasmo suas idas e vindas com o pai para apanhar o açaí. Hoje não desenvolve a atividade como antes, deixando a prática para os filhos e filhas que fez questão ensinar ainda na infância. A prática do manejo do açaí na comunidade está ligada à fonte de renda dos povos ribeirinhos, além de revelar os saberes produzidos por quem mora na região do Marajó (OLIVEIRA, 2021).

Desse modo, a comunidade Marajó-Açu nos revela que o sujeito ribeirinho que

desenvolve as atividades manejo do açaí durante o período de safra tem a oportunidade de aumentar a renda familiar. O paneiro do açaí varia entre R\$20,00 à R\$40,00 reais, no entanto, quando o período de safra acaba, esses valores tornam-se mais altos, chegando até a R\$100,00 reais. Por conta disso, nos períodos de lucro com o açaí, os ribeirinhos realizam a compra bens materiais e ajudar no sustento da família, como retrata o Sr. Roberto.

E hoje o que a gente descobriu no açaí foi um meio de sobrevivência que eu consigo sustentar eu e toda minha família. Na época da farinha que a gente fazia a roça, tinha também o camarão para fazer a venda, mas era só pra ter alguma coisa lá em casa, não era um sustento pra mudar a vida. No açaí a gente já encontrou isso, hoje se for ver o ribeirinho só trabalha com açaí, nem com roça, porque ele tira deixa dar mais tira de novo pra vender. Porque são 4 meses de açaí, aí a pessoa vai investindo e guardando o dinheiro, e hoje o açaí pra nós é o ouro preto que a gente fala (ROBERTO, ABRIL, 2022).

Nos períodos de safra de açaí, o padrão de vida não é satisfatório para os que manejam o fruto, mesmo com o lucro oriundo da colheita do fruto (OLIVEIRA, 2021). O trabalho da coleta do fruto, segundo os moradores da comunidade, ocorre com mais frequência no período matutino, pois nesse horário os açazeiros estão mais frios e, assim, o peconheiro não encontra dificuldades para subir e descer das palmeiras. Nos períodos de safra^{ix} do açaí, movimenta-se a economia local, gerando mais produtividade e lucro na região. No aspecto sociocultural, apresenta diversidade e peculiaridade da população ribeirinha marajoara, tendo em vista a relação com o fruto, desde o manejo aos processos de venda e exportação.

Logo conseguimos compreender o que o Sr. Roberto denomina como “ouro preto”. No aspecto cultural, o açaí torna-se uma riqueza econômica para região marajoara, voltado às grandes exportações do fruto. Ele mobiliza todo um grupo de sujeito, desde o início da produção, passando pelo manejo até a exportação do fruto. E, quando esse período de safra termina, inicia-se o processo de limpeza nos açazeiros, no qual se retiram as palmeiras maiores para o desenvolvimento das menores, e desse modo possa se gerar novos frutos.

2.3.O saber das águas: o matapi

A pesca de camarão praticada na região ribeirinha de Marajó-Açu é um processo artesanal que se desenvolve após o período de safra do açaí como geração de lucro e também subsistência dos ribeirinhos da comunidade. Para a pesca do camarão, o Sr. Roberto explica que se utiliza o matapi, um instrumento confeccionado para a pesca de

mariscos, como representa a figura 7. Ele é feito de fibra vegetal, retirada da palmeira de Jupati, também com o uso das folhas do miriti para amarrar as fibras. Segundo Cardoso (2020), o matapi tem forma cilíndrica, com 50 (cinquenta) centímetros de comprimento e 25 (vinte e cinco) centímetros de diâmetro. O tamanho, segundo Sr. Roberto, pode variar sua dimensão conforme a intenção de cada pescador.

Figura 06 e 07. Demonstração do Matapi



Fonte: FURTADO, 2022.

O Sr. Roberto demonstra o formato do matapi que favorece a entrada do camarão e dificulta a saída do marisco por causa de seu formato parecido com um cilindro no interior do objeto. Esse objeto é muito utilizado na região e, assim como em outras áreas ribeirinhas, é um importante apetrecho para esse tipo de pesca. Os ribeirinhos utilizam o matapi para pescar o camarão tanto para consumo quanto para venda na feira municipal de Ponta de Pedras.

Logo, para se fazer a puqueca são necessários alguns materiais, como folha de aningueira ou sacola com furos pequenos. Em seu interior, é colocada uma mistura com farelo e coco cortado em cubos pequenos. Depois de retirado, é destalado e colocado para secar. Apenas a partir daí será utilizado para amarrar como isca. Pereira (2016) nos informa que “[...] não precisa de facas para fazer a extração da folha [de aningueira] e sim dos conhecimentos de como quebrá-la com as próprias mãos”. Conhecimentos esses que os ribeirinhos desenvolvem durante suas vivências em seu próprio território, em suas relações com as matas e águas.

A “puqueca” feita com sacola plástica não é ecológica e agride o meio ambiente. Muitos pescadores não gostam de utilizá-la, pois, se jogada no rio, causa a poluição. Sua confecção é feita do seguinte modo: corta-se em vários pedaços o coco e, em seguida mistura-se ao farelo; depois da realização da mistura, utiliza-se a folha do babaçu para amarrá-lo com uma fibra. Por fim, fura-se a poqueca para sair o cheiro do pó e atrair o

camarão. Esse tipo de técnica é bastante utilizada pelos pescadores de Ponta de Pedras para a captura do camarão (ARAÚJO; BARROSO, 2014).

Araújo e Barroso (2014) afirmam que “os matapis são iscados nos domicílios, posteriormente, no final da tarde, são empilhados na pequena embarcação e levados até o local de pesca, que no geral fica próximo à residência, onde são Armados [...]”. A ida dos pescadores no casco para retirada dos matapis inicia-se bem cedo, por volta das 17:00h; a retirada, entre 5 e 6 horas da manhã. Os pescadores nesse horário conseguem retirar os matapis do rio, para logo após refazerem a mesma técnica, de modo a obter maior quantidade no dia seguinte.

O Sr. Roberto, assim como os demais pescadores da região, aprendeu que existe uma melhor época para pescar o camarão. Ele afirma que “a melhor maré é de abril, maio e junho, que dá a maré lançante é quando a maré entra na terra, antes dessa tem a maré morta que não dá pra colocar o matapi”. Esse tipo de saber vem das orientações repassadas dos pais para os filhos, mediante suas relações com os rios e com as práticas passadas entre as gerações através do diálogo e da observação.

Para realizar a pesca do camarão, é necessário que os ribeirinhos utilizem alguns procedimentos: inicialmente, fazem a isca para atrair o marisco, chamada de puqueca. A puqueca é amarrada no interior do matapi para atrair e prender o camarão. Finalizado esse processo, o matapi é levado para o rio, onde será amarrado em varas propositalmente enfiadas em áreas específicas no rio. De lá, só será retirado no dia seguinte, como demonstra o Sr. Raimundo na figura 8.

Figura 08. Pesca do camarão com o matapi com o Sr. Raimundo



Fonte: FERNANDES, 2022.

Sr. Raimundo demonstra o processo de retirada do matapi do rio, para assim poder realizar a retirada do camarão. Sr. Roberto também utiliza da técnica para o pescar. Ele diz: “para pescar o camarão, eu faço a puqueca com babaçu e amarro dentro do matapi.

Depois coloco na beira, aí chega de manhã cedo, umas 6h ou 5h, eu vou tirar de barco da onde da beira pra poder tirar o camarão”. Ambos os processos relacionam-se pois deliberam as práticas que envolvem compreender o período adequado para obter mais camarão, como trabalhar com o tempo e o rio.

Há um período do ano, que geralmente acontece no inverno, em que o nível da maré sobe mais e entra na terra, em uma altura mais elevada. Nesse período, os pescadores colocam o matapi por cima da terra para pescar o camarão.

Após ser retirado da água e ser despescado, os pescadores o colocam em um varal ou em cima da ponte de suas casas para ficarem secos e guardados dentro de seus próprios domicílios. Trata-se de uma forma de conservar o seu material de pesca.

Sr. Roberto coloca o matapi organizado em um local com entrada de luz solar e vento para facilitar o processo de secagem dos instrumentos. Esse processo é realizado por todos os pescadores da comunidade. Parte do saber de preservar e conservar seu instrumento de trabalho, pois a conservação desse material reduzirá os gastos para os mesmos. Por isso, tendem a ter o cuidado para durar mais tempo: “[...] os matapis são diariamente recolhidos da água para secar ao ar livre, objetivando aumentar a vida útil dos apetrechos. Esse ‘banho de sol’ é realizado nas residências ou no próprio local de pesca [...]”, como afirma Sr. Roberto.

A arte artesanal do matapi é utilizada como instrumento de trabalho dos sujeitos ribeirinhos de Ponta da Pedras, mas também pode ser identificada como um instrumento simbólico educacional, visto que a técnica de confecção desse instrumento é transmitida de geração em geração no rio Marajó-Açu. Logo, trata-se de um registro cultural passível de reconhecimento ribeirinho, que envolve saberes de seus antepassados e que existem atualmente sem perder sua essência, seu modo de produção e prática.

O processo de aprendizagem e de geração de conhecimento no âmbito das unidades produtivas dos artesãos está intimamente relacionado com a dominância das relações familiares no processo de trabalho. Isso influi diretamente na forma como é repassado o conhecimento tradicional, o conhecimento relativo às técnicas artesanais [...] (DINIZ et al., 2007, p. 186).

Os artesãos veem esse trabalho não somente como um meio lucrativo, mas como um objeto que representa suas raízes e também como uma maneira para sustentar suas famílias, conforme aconteceu com o Sr. Roberto: “desde os 08 anos de idade, eu ajudo meu pai no sustento da família, apanhando açaí, tirando o matapi da água e trazendo o camarão pra casa, pois, quando acabava a safra do açaí, era o que tinham para manter o

sustento de sua família”. Essa ideia de subsistência familiar faz com que as crianças desde muito cedo sejam ensinadas a desenvolver essas atividades na comunidade, assim influenciando dentro da organização escolar ribeirinha. Essa cultura de trabalhar com o artesanato não se perdeu e que dura até hoje na família.

A cultura da fabricação de matapi é fascinante, pois em sua maioria são pessoas que trazem consigo conhecimentos de uma geração rica em patrimônios culturais. A matéria prima para fabricar o matapi, é retirada da natureza, como: talas da palmeira do jupati, cipó titica, roda ou arco de cipó grosso [...] (COSTA; FERREIRA; BARROS, s/d. P. 10).

Hoje, Sr. Roberto ainda tece o matapi, utiliza-o na pesca de camarão e também comercializa os de seus filhos e genros. Percebemos que ele sente orgulho em fazê-lo. Segundo ele, é uma forma de ter uma renda extra e também serve a ele como uma terapia, pois, se parar de fazer o artesanato, não irá conseguir outra maneira para se distrair e tentar se esquecer dos problemas do cotidiano. O tecer é tudo para o artesão. Ele ensinou os filhos a tecer, e todos eles sustentam seus filhos. Trata-se de uma cultura de sua família. Como diz o Sr. Roberto, o processo do matapi “significa tudo pra mim porque ensinei meu filhos a tecer o matapi, e todo mundo vive do mesmo”.

Figura 09. A demonstração dos materiais utilizados para construção do matapi.



Fonte: FURTADO, 2022.

As habilidades e saberes entrelaçados no fazer o matapi envolvem muita prática e dedicação por parte dos artesãos, além do orgulho do entrevistado ao falar do artesanato que faz. Segundo Sr. Roberto, todos seus filhos trabalham com o tecer e também vão repassando esses saberes para os netos. Saberes esses que estão presentes na família. Conforme relata, “com esse artesanato consegui sustentar minha família e nunca passei fome”. Ele expõe que se os filhos não tiverem outro emprego, porém, fazendo o matapi, conseguirão o sustento de suas famílias, assim como ele.

O tecer é realizado em vários processos, que são divididos entre os artesãos (homens e mulheres) até chegar ao produto final. Para realizar todos esses procedimentos, é necessário prática e muita paciência. O matapi passa por várias etapas, como: limpar a tala (desbuchar), quebrar (cortar em vários tamanhos), tecer, apontar a tala, fazer o funil, cortar e amarrar, fazer a língua (tampa) para finalização do processo com mais rapidez a família toda se reúne para sua produção.

Não são todos os artesãos que sabem tecer o pano do matapi, por ser um processo que exige maior habilidade e técnica para que assim possa sair um artesanato bem feito e bonito. Apenas desse modo sua beleza pode chamar a atenção dos pescadores e demais pessoas que o utilizam.

O tecer das talas traz um significado muito importante, o qual representa a força, a união. Conforme Sr. Roberto, “se pegarmos uma tala, a gente consegue quebrar,mas, se tentarmos quebrar um matapi ao meio, não conseguimos”. Isso representa a força de cada grupo em resistir às mudanças que estão presentes no cotidiano. Quando o tecelão está tecendo o matapi, sabe como deve fazer para com que os espaçamentos entre as talas fiquem abertos ou fechados. Deve-se lembrar de que a fibra é mais difícil de amarrar se o espaçamento estiver com espaços mais largos. Por isso, necessita ser bem trançado, de modo que fique como na figura 10.

Figura 10. A demonstração do entrelace da fibra com as talas, para confecção do matapi.



Fonte: FURTADO, 2022.

Na comunidade, o matapi produzido é o tradicional, que não oportuniza a saída dos camarões pequenos. Utilizado na pesca desse crustáceo, é uma das fontes de trabalho do povo ribeirinho do Rio Marajó-Açu. Ele não é produzido em quantidades que destinadas para venda, mas para uso doméstico. Outrossim, a atividade possui um valor de conhecimento no fazer do matapi, no cultivo de princípios do trabalho em família e momentos de conversas.

São a arte e o conhecimento produzidos com maestria, a necessidade e a relação de

respeito com a natureza. Os sujeitos aprendem por meio da própria vivência, das experimentações, as medições necessárias para construir o matapi. Desenvolvem habilidades de construir o objeto em todas as etapas, desde a extração das talas à construção do pano e do funil. Cuidadosamente, escolhem os materiais necessários e adequados. Com precisão, pela própria habilidade, sabem com destreza a distância entre as talas; levam em conta o tamanho de uma para outra, para que sejam capturados os camarões maiores.

Sr. Roberto denuncia que a arte do matapi é importante por fazer parte do trabalho dos ribeirinhos. Tira-se o alimento do dia a dia com o seu uso. Entretanto, não é valorizado por muita gente. Viu poucas vezes a escola trabalhar o fazer do matapi, visto que, para ele, “é importante ensinar as crianças a valorizarem esse saber desde bem cedo”. E isso se aplica para os ambientes escolares, pois, ao aproximarem os saberes culturais da comunidade na qual a escola está inserida, alcançamos resistência dessas populações através de suas práticas educacionais das águas.

3.Considerações Finais

Para compreender o território das águas como socioespacial, a concepção ressalta que cada sociedade produz um espaço próprio. Por meio de suas histórias, de suas relações de trabalho e da natureza, constitui-se o território (CARDOSO, 2020). Assegura-se, então, que o território são as relações, as trocas dialéticas que ocorrem nos processos sociais, econômicos e culturais em cada período histórico, integrando os fundamentos dos sujeitos que nele os vivenciam. Portanto, no território das águas, o espaço é a vida dos sujeitos, são suas histórias, memórias, conhecimentos e suas práticas.

O espaço do território das águas é caracterizado em um sentido mais universal, visto seu ciclo social das águas. Esse também apreende esses territórios epistêmicos como territórios fronteiriços, isto é, da subjetividade, das relações, da interação entre seus sujeitos, entre fronteiras de descobertas, de criação, de conhecimentos que, diretamente, fazem parte de um regime das águas e que, por isso, a epistemologia demanda metodologias que correspondam ao objeto pesquisado que se insere nessas águas.

Referências

ARAÚJO, M. V. L. F; SILVA, K. C. A; SILVA, B. B; FERREIRA, I. L. S; CINTIA, I. H. A. Pesca e procedimentos de captura do camarão-da-Amazônia a jusante de uma usina hidrelétrica na Amazônia brasileira. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 4, n. 2, p. 102-112, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BARRETO, A. M. **Território de águas na Amazônia: ribeirinhos e o direito a propriedade coletiva da terra**. Curitiba: Juruá, 2019.
- BASÍLIO, Guilherme. **Os saberes locais e o novo currículo do Ensino Básico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em convênio com a Universidade Pedagógica de Moçambique, 2006.
- DINIZ Marcelo Bentes, DINIS Márcia Jucá Teixeira. Arranjo produtivo do artesanato na Região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica. **Novos Cadernos NAEA**. v. 10, n. 2, p. 173-208, dez. 2007. ISEN 1516-6481.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Jones da Silva. **1972 – Cidade da arte: uma poética da resistência nas margens de Abaetetuba**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (Org.). **Povos ribeirinhos da Amazônia: educação e pesquisa em diálogo** – Curitiba: CRV, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.
- OLIVEIRA, José Sávio Bicho. Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar. **Revista de Ciências da Educação Oliveira**, Americana, SP, ano XVII no 32 p. 73-95 jan./jun. 2015.
- PEREIRA, Edir Dias. O campo ribeirinho: educação escolar e território na Amazônia. In: HAGE, Salomão M. (Org.). **Povos ribeirinhos da Amazônia: educação e pesquisa em diálogo**. – Curitiba: CRV, 2017.
- PEREIRA, Rosenildo da Costa. **Saberes culturais e práticas docente no contexto da escola ribeirinha**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2016.
- RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá/Pa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

Notas

ⁱ Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC/UFPA no Campus de Cametá, orientada pelo Prof. Dr. Eraldo do Carmo.

ⁱⁱ É um sistema construtivo usado em edificações localizadas em regiões próximas a rios ou alagadas. Sua função é evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios. São construções sobre estacas de madeira muito utilizadas nas margens dos rios na Amazônia.

ⁱⁱⁱ Termo usado com significado de reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Não há teoria sem prática, nem prática sem teoria. Práxis= teoria/ação (FREIRE, 1987, p. 38).

^{iv} O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação (FREIRE 1987, p. 40).

^v Frutos de polpa fibrosa, vermelho-amarelados, verde-amarelados, saboroso e nutritivo, consumido após cozimento, e que, assado, fornece farinha, pela amêndoa, de que se extrai óleo, e pelo palmito, comestível.

^{vi} Pissica: se intrometer na conversa, instigar má sorte; desejar o azar do outro; torcer contra.

^{vii} Artefato feito com a saca, folhas da palmeira que é entrelaçada aos pés dos sujeitos ribeirinhos apoiam os pés de encontro ao caule, para por este subirem com a força de suas pernas e braços.

^{viii} Sujeito que utiliza o objeto da peçonha para apanhar o fruto do açai.

^{ix} “Os períodos de safra do açai ocorrem 2 vezes ao ano. A primeira inicia em mais ou menos em janeiro e se estende até meados de março. É um período em que o valor do produto é alto, porém a produção é pequena. A segunda safra estende-se de junho a setembro, sendo a produção em grande escala e o valor tem uma queda significativa em relação à safra anterior” (OLIVEIRA, 2021, p. 28-29).

Sobre os autores

Letícia dos Santos Furtado

Mestra em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC/UFGA. Especialista em Educação Inclusiva no Campo - UFGA/Cameté-PA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário Tocantins/Cameté. Associada da Rede Latino Americana de Estudos Epistemológicos em Políticas Educativas; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Email: <https://lattes.cnpq.br/2807111537665415> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0443-2498>

Eraldo Souza do Carmo

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFGA/NAEA). Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (UFGA/NAEA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Professor adjunto III da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), Vinculado a Faculdade de Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), atua na linha de Pesquisa: Políticas e Sociedades. Associado da Rede Latino Americana de Estudios Epistemológicos en Políticas Educativas; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br/4280135157998138> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4824-8016>

Recebido em: 28/01/2023

Aceito para publicação em: 23/03/2023